

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO-RESERVA EM
CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR E DE NÍVEL MÉDIO DO QUADRO DE SERVIÇOS AUXILIARES
EDITAL N.º 2 DO CONCURSO PÚBLICO 1/2010 – MP/GO, DE 06 DE ABRIL DE 2010
EDITAL NORMATIVO

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto na Lei n.º 16.184, de 27 de dezembro de 2007, no art. 15, VII, da Lei Complementar n.º 25, de 6 de julho de 1998, na Lei Complementar n.º 65, de 18 de dezembro de 2008 e na Lei complementar n.º 75, de 21 de setembro de 2009, torna pública a retificação do Edital N.º 1 do Concurso Público para provimento de vagas e formação de cadastro-reserva em cargos de Nível Superior e de Nível Médio do quadro de Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado de Goiás, de acordo com a legislação pertinente e conforme a seguir:

1. Alterar a redação do subitem **4.1.** do **ANEXO I – OBJETOS DE AVALIAÇÃO** do Edital normativo que passa a ser a seguinte: “ **CARGO: TÉCNICO EM ARQUIVO (CÓDIGO - 201)**: 1. Legislação brasileira e conceitos fundamentais: Lei 8.159/1991; Decreto 4.073/2002; Conarq - Membros Conselheiros; Decreto 82.590/1978 - Parte 1; Decreto 82.590/1978 - Parte 2; Decreto 4.553/2002; Classificação de Segurança de Acesso aos Documentos; Decreto 4.915/2003 e Resolução 10/1999; Resolução 22/2005 e Resolução 23/2006. 2. Métodos de arquivamento: Método alfabético. Método geográfico. Método numérico simples. Método numérico duplex e método alfanumérico. Método cronológico. Método numérico cronológico. Método variadex. 3. Arquivos correntes e intermediários: O ciclo vital dos documentos de arquivo ou a Teoria das 3 Idades - Classificação, Ordenação, Arquivamento, Empréstimo ou Consulta. 4. Tipologias documentais e suportes físicos: Documentos de arquivo. Tipo/tipologia documental. 5. Conservação preventiva de documentos em arquivos: Conservação de livros e documentos. Agentes agressores. Desinfestação, limpeza e restauração. 6. Regulamento da profissão: Lei n.º 6.546, de 4 de julho de 1978.”

EDUARDO ABDON MOURA
Procurador-Geral de Justiça